

**Marcelo Chiavassa de Mello Paula Lima
Vitor Morais de Andrade**

MANUAL DE DIREITO DIGITAL

2ª EDIÇÃO



Copyright© Tirant lo Blanch Brasil

Editor Responsável: Aline Gostinski

Assistente Editorial: Izabela Eid

Capa e diagramação: Analu Brettas

CONSELHO EDITORIAL CIENTÍFICO:

EDUARDO FERRER MAC-GREGOR POISOT

Presidente da Corte Interamericana de Direitos Humanos. Investigador do Instituto de Investigações Jurídicas da UNAM - México

JUAREZ TAVARES

Catedrático de Direito Penal da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - Brasil

LUIS LÓPEZ GUERRA

Ex Magistrado do Tribunal Europeu de Direitos Humanos. Catedrático de Direito Constitucional da Universidade Carlos III de Madrid - Espanha

OWEN M. FISS

Catedrático Emérito de Teoria de Direito da Universidade de Yale - EUA

TOMÁS S. VIVES ANTÓN

Catedrático de Direito Penal da Universidade de Valência - Espanha

L699 Lima, Marcelo Chiavassa de Mello Paula

Manual de direito digital / Marcelo Chiavassa de Mello Paula Lima, Vítor Morais de Andrade; Prefácio Marcelo Gomes Sodré. - 2.ed. - São Paulo : Tirant lo Blanch, 2023.

352 p.

ISBN: 978-65-5908-562-0

1. Direito digital. 2. Tecnologia e direito. I. Título.

CDU: 34::681.324

Bibliotecária Elisabete Cândida da Silva CRB-8/6778

DOI: 10.53071/boo-2023-05-17-646537e25bd33

  proibida a reprodu o total ou parcial, por qualquer meio ou processo, inclusive quanto às características gráficas e/ou editoriais. A viola o de direitos autorais constitui crime (Código Penal, art.184 e às, Lei n  10.695, de 01/07/2003), sujeitando-se   busca e apreensão e indeniza es diversas (Lei n 9.610/98).



**tirant
lo blanch**

Todos os direitos desta edi o reservados   Tirant lo Blanch.

Fone: 11 2894 7330 / Email: editora@tirant.com / atendimento@tirant.com
tirant.com/br - editorial.tirant.com/br/

SUMÁRIO

PREFÁCIO	7
<i>Marcelo Gomes Sodré</i>	
NOTA À PRIMEIRA EDIÇÃO	11
<i>os Autores</i>	
NOTA À SEGUNDA EDIÇÃO	15
<i>os Autores</i>	
1. SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO	21
1.1. As mudanças sociais	24
1.2. A sociedade da vigilância e sociedade da classificação.....	28
2. INTERNET	30
2.1. Histórico.....	32
2.2. ICANN	36
2.2.1. Histórico	38
2.2.2. Órgãos vinculados ao ICANN.....	39
2.2.2.1. IETF	39
2.2.2.2. W3C	41
2.3. Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.BR).....	41
2.3.1. Histórico	43
2.3.2. Órgãos vinculados.....	44
2.3.2.1. NIC.BR	44
2.3.2.2. REGISTRO.BR	45
2.3.2.3. CERT.BR.....	46
2.3.2.4. CETIC.BR.....	46
2.3.2.5. CEPTRO.BR.....	47
2.3.2.6. CEWEB.BR.....	47
2.3.2.7. IX.BR.....	48
2.3.2.8. W3C.BR	48
2.4. IANA, DOMÍNIO E DNS	49
2.4.1. ICANN, IANA e a tutela jurídica dos domínios	51
2.4.2. CGI.BR e a tutela jurídica dos domínios.....	52
3. REGULAÇÃO DA INTERNET	56
3.1. Principais marcos regulatórios especiais que tutelam a internet no Brasil	63
4. NEUTRALIDADE DA REDE	67
4.1. O caso EUA e a neutralidade da rede	71
5. PROVEDORES DE INTERNET	74

5.1. Provedores de <i>backbone</i>	75
5.2. Provedores de acesso/conexão.....	76
5.3. Provedores de hospedagem.....	79
5.4. Provedores de aplicações na internet.....	80
6. OBRIGAÇÕES E A RESPONSABILIDADE DOS PROVEDORES DE INTERNET NO BRASIL.....	81
6.1. Obrigações e responsabilidade civil dos provedores de conexão no Brasil.....	83
6.2. Obrigações dos provedores de aplicação no Brasil.....	84
6.2.1. Responsabilidade por conteúdo próprio.....	85
6.2.2. Responsabilidade por conteúdo gerado por terceiros.....	86
6.2.3. Responsabilidade dos provedores de busca.....	99
6.2.4. Responsabilidade dos usuários pelos “posts”, vídeos, compartilhamentos e opções de “curtir”.....	100
6.2.5. Responsabilidade na postagem e/ou compartilhamento de conteúdo que viole direitos autorais.....	103
6.2.6. Responsabilidade dos usuários por “hate speech” (discurso de ódio).....	106
6.2.7. Responsabilidade dos estabelecimentos comerciais que permitem a seus clientes acessarem a internet através da rede wi-fi.....	109
6.2.8. Responsabilidade decorrente de criação e compartilhamento de “notícia fraudulenta”.....	110
6.3. Da requisição judicial de registros pela parte interessada.....	119
6.4. Padrões de segurança e sigilo dos registros, dados pessoais e comunicações privadas dos usuários.....	119
6.5. Obrigações e a responsabilidade dos provedores de internet na União Europeia.....	121
6.6. Obrigações e a responsabilidade dos provedores de internet nos Estados Unidos da América.....	126
6.7. Obrigações e a responsabilidade dos provedores de internet na Índia.....	127
6.8. Obrigações e a responsabilidade dos provedores de internet na Austrália.....	128
7. DOCUMENTOS DIGITAIS E FIRMA DIGITAL.....	131
7.1. Infra-estrutura de chaves públicas brasileira (ICP-Brasil) e a MP nº 2200-2/2001.....	140
7.2. Elaboração e arquivamento de documentos eletrônicos (lei nº 12.682/2012 e decreto nº 10.278/2020).....	144
7.3. Uso de assinatura eletrônica para criação de projetos de lei de iniciativa popular.....	145
8. COMÉRCIO ELETRÔNICO.....	152
8.1. Comércio eletrônico, relação de consumo, relação cível e relação empresarial.....	154
8.2. Decreto nº 7962/2013 e o comércio eletrônico.....	155
8.3. Marco civil da internet e o comércio eletrônico.....	156
8.4. Lei estadual nº 13.747/2009 de São Paulo (“lei da entrega”).....	157
8.5. Breve análise do PLS 281/2012 sobre comércio eletrônico.....	158
8.6. Comércio Eletrônico Internacional.....	163
8.7. Ferramentas de tutela do comércio eletrônico pela administração pública – PROCONSP e Ministério da Justiça.....	172

8.8. Modalidades de comércio eletrônico e a responsabilidade civil dos players na relação de consumo	173
8.8.1. Compra direta em sítios eletrônicos de fornecedor brasileiro	173
8.8.2. Compra direta em sítios eletrônicos de fornecedor estrangeiro	173
8.8.3. Shoppings virtuais - marketplaces	174
8.8.4. Compras coletivas.....	179
8.8.5. Clubes de desconto	181
8.9. Obrigações e a responsabilidade dos provedores de internet que trabalham com a intermediação profissional em linha – regulamento ue 2019/1150 do parlamento europeu e do conselho	183
9. PROTEÇÃO DE DADOS – PANORAMA GERAL.....	187
9.1. Regulamento geral de proteção de dados da União Europeia (GDPR) – regulamento nº 679/2016 da União Europeia	193
9.1.1. Objetivos e aplicação extraterritorial	193
9.1.2. Algumas definições importantes sobre dados pessoais.....	194
9.1.3. Reflexões sobre o consentimento a ser dado pelo titular dos dados pessoais	196
9.1.4. Direitos dos titulares dos dados pessoais.....	197
9.1.5. Segurança na atividade de coleta e tratamento de dados pessoais.....	199
9.1.6. A função do encarregado da proteção dos dados	200
9.1.7. Códigos de conduta e de certificação: governança corporativa.....	201
9.1.8. Transferência internacional de dados pessoais.....	202
9.1.9. Responsabilidade civil e reparação dos danos	203
9.2. Regulamento nº 1725/2018 da União Europeia.....	203
9.3. Lei geral de proteção de dados do Brasil - (LGPD).....	206
9.3.1. Aplicação	207
9.3.2. Princípios.....	208
9.3.3. Bases legais - requisitos para tratamento de dados pessoais	212
9.3.4. Categorias especiais de dados pessoais	218
9.3.5. Direitos dos titulares	220
9.3.6. Agentes de tratamento	221
9.3.7. Autoridade Nacional de Proteção de Dados Pessoais (ANPD).....	222
9.3.8. Competências da ANPD	225
9.3.9. Sanções e responsabilidade	225
9.3.10. Boas práticas.....	226
9.3.11. Vigência.....	226
9.4. Cadastro base do cidadão e o comitê central de governança de dados	228
9.5. Lei do Cadastro Positivo.....	230
9.6. Dados abertos	234
9.6.1. Regulação no Brasil.....	235
9.6.2. PL nº 317/2021, lei nº 14.129/2021 e o governo digital.....	238
9.7. Califórnia Consumer Privacy Act (CCPA)	240

9.8. Safe harbour agreement e privacy shield	242
9.9. Open banking.....	245
9.10. Proteção de dados e pandemia.....	249
9.10.1. Ásia.....	250
9.10.2. América Latina e América do Norte.....	253
9.10.3. Oriente Médio e África	256
9.10.4. Europa.....	259
10. PRIVACIDADE DIANTE DAS PERSPECTIVAS ATUAIS	263
10.1. A doutrina de Samuel Warren e Louis Brandeis diante das novas tecnologias	265
10.2. A privacidade no Século XX.....	268
10.3. A privacidade diante das novas tecnologias.....	271
A. O Caso Target	272
B. Privacidade e reconhecimento facial.....	274
C. IOT (internet das coisas) e os brinquedos com acesso à internet.....	280
D. O sistema de “score” (pontuação) chinês.....	281
10.4 a privacidade na sociedade da vigilância e na sociedade da classificação: o homem de vidro	283
10.5. Marco civil da internet e a tutela do direito à privacidade.....	288
11. DIREITO AO ESQUECIMENTO.....	293
12. SUCESSÃO DE BENS VIRTUAIS.....	307
12.1. Introdução e problemática	307
12.2. Análise de problemas jurídicos comuns	309
A. Sucessão do correio eletrônico	309
B. Sucessão dos perfis em redes sociais	310
C. Sucessão das músicas, vídeos e livros.....	312
D. Sucessão dos documentos na nuvem	314
12.3. As disposições de última vontade e os bens virtuais	316
12.4. Projetos de lei sobre o tema	317
12.5. Legislações ao redor do mundo	318
12.6. Conclusão.....	319
13. DRONES: AEROMODELOS E AERONAVES REMOTAMENTE TRIPULADAS (RPA)	322
13.1. Regulação da Agência Nacional da Aviação Civil (ANAC)	325
13.1.1. Regulação dos aeromodelos.....	326
13.1.2. Regulação das aeronaves remotamente pilotadas (RPA).....	327
13.2. Regulação do Departamento de Controle do Espaço Aéreo (DECEA)	329
13.3. Regulação da Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL).....	330
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	332